



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026
PROCESSO Nº 040/2026

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE FORMIGA-MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Barão de Piumhi, nº 121, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.784.720/0001-25, neste ato representado por seu Gestor Municipal **LAÉRCIO DOS REIS GOMES**, torna público que realizará, através da Comissão de Contratação, designada pela **PORTARIA Nº 6.127, DE 25 DE JULHO DE 2025** e auxiliada pela equipe de apoio designada pela **PORTARIA Nº 5.964, DE 19 DE MARÇO DE 2025** o **CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS, A FIM DE POSSIBILITAR CONTRATAÇÕES FUTURAS AO MUNICÍPIO. O OBJETO SÃO SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETOS CULTURAIS DE PROJETOS SUBMETIDOS A EDITAIS CULTURAIS PUBLICADOS PELO MUNICÍPIO DE FORMIGA E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS**. O Credenciamento será regido pela Constituição Federal de 1988; pela Constituição do Estado de Minas Gerais; pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela; e no que couber, pelas demais normas que disciplinam a matéria.

Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do Edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, nº 92 – 2º andar, Centro – Formiga MG, cuja cópia poderá ser obtida através do Site www.formiga.mg.gov.br // www.licitanet.com.br, do e-mail: licitacaoformigamg@gmail.com ou de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas do Município de Formiga-MG, no horário de 8h00min às 16h00min.

1. DO OBJETO

1.1. CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS, A FIM DE POSSIBILITAR CONTRATAÇÕES FUTURAS AO MUNICÍPIO. O OBJETO SÃO SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETOS CULTURAIS DE PROJETOS SUBMETIDOS A EDITAIS CULTURAIS PUBLICADOS PELO MUNICÍPIO DE FORMIGA E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS.

1.2. A seguir, a tabela com o item único que compõe o objeto da contratação, seu descritivo, quantidade, preço por unidade e preço total estimado:

PREÇO MÉDIO						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	Valor de cada contratação	PREÇO TOTAL
1	2000205037	Elaboração de Pareceres de Projetos Culturais	Serviço	250	R\$ 100,00	R\$ 25.000,00
PREÇO MÉDIO TOTAL ESTIMADO					R\$ 25.000,00	

1.3. O credenciamento vigorará por 1 (um) ano com possibilidade de renovação anual por, até, 3 anos.

1.4. Prazo de entrega do objeto: 10 (dez) dias úteis.



1.5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.5.1. No DFD que identificou esta demanda, foi destacado que a contratação de pareceristas externos à Prefeitura garante maior imparcialidade e isenção no processo de seleção dos projetos culturais inscritos nos Editais Municipais. Ao contar com pareceristas independentes, desvinculados dos proponentes e da Administração Pública, reduzem-se as chances de favorecimentos ou conflitos de interesse. Essa abordagem favorece a transparência do processo e a credibilidade das escolhas feitas.

1.5.2. Os projetos culturais, em geral, podem abranger diversos segmentos artísticos e requerem uma avaliação técnica especializada no que se refere à viabilidade, relevância cultural, aplicação dos recursos e capacidade de execução.

1.5.3. Além disso, ressalta-se que a análise feita por especialistas contribui para o aprimoramento dos projetos submetidos, uma vez que os pareceres técnicos fornecem informações valiosas aos proponentes, destacando pontos fortes e fracos de cada projeto. A seleção técnica dos projetos traz maior chance de êxito na execução, o que proporciona maiores ganhos para a sociedade formiguense e maior alinhamento às políticas culturais do município.

1.5.4. Diante disso, o credenciamento de pareceristas faz-se necessário para se atender à demanda dos editais culturais publicados pelo Município.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Credenciamento, pessoas físicas e/ou jurídicas, com regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de impedimento de contratar com o Poder Público, e que satisfaçam as condições estabelecidas no Edital.

2.2 A cada contratação, os pareceristas deverão proceder, a análise de 1 (um) projeto submetido a algum edital cultural publicado pelo Município de Formiga, fornecendo 1 (um) parecer técnico referente, que deverá constar a pontuação obtida por cada projeto, de acordo com os critérios a serem estabelecidos nos editais.

2.3 Subcontratação - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

2.4 Garantia da contratação - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Como demonstrado no Estudo Técnico Preliminar deste processo, vários Municípios optam pela abertura de Credenciamento para atendimento à demanda de análise de projetos culturais e emissão de pareceres técnicos.

3.2. Nesse sentido, para atendimento a essa demanda, sugere-se como a solução mais vantajosa para a Administração é a abertura de um procedimento de **credenciamento de pareceristas**, pelo valor de R\$ 100,00 por parecer. Esse procedimento proporciona maior flexibilidade ao Município que poderá contratar profissionais técnicos, e ainda poderá se adaptar rapidamente a possíveis mudanças de mercado, buscando sempre as melhores condições. O credenciamento possibilita a contratação de todos os pareceristas interessados que preencham as condições estabelecidas, sendo viável também, em função da desburocratização do processo licitatório. Além disso, o processo permite que novos interessados se credenciem a qualquer momento.

4. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E ABERTURA DA SESSÃO

4.1. As empresas interessadas deverão anexar a documentação requerida no site www.licitanet.com.br **a partir do dia 23 de abril de 2026.**

4.2. **No dia 07 de maio de 2026, às 09:01 horas,** em sessão pública eletrônica, a realizar-se no site www.licitanet.com.br, será aberta a sessão e, não sendo manifestada intenção de recurso, procederá ao Credenciamento.



4.3. Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília-DF.

4.4. Caso ocorra a manifestação de interposição de recurso, será designada nova data para abertura da sessão, após decisão.

5. CONSULTAS E/OU ESCLARECIMENTOS

5.1 Qualquer interessado na adesão ao credenciamento, poderá solicitar consultas/esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores a data de abertura dos documentos de habilitação, à Comissão de Contratação, através do e-mail licitacaoformigamg@gmail.com ou pelo site www.licitanet.com.br.

6. DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO

6.1. Poderão participar do Credenciamento, **pessoas jurídicas**, legalmente constituídas, habilitadas, com regularidade jurídico-fiscal e **pessoas físicas** devidamente matriculadas perante aos órgãos competentes e que apresentem a documentação exigida, que não tenha sofrido penalidade de suspensão ou declaração de inidoneidade por parte do Poder Público, e que satisfaçam as condições estabelecidas no Edital.

6.2. A relação de credenciados será publicada no site da Prefeitura Municipal de Formiga/MG www.formiga.mg.gov.br.

6.3. Para garantir a igualdade de condições entre todos os interessados a contratar com a Administração será feito sorteio em sessão pública (gravada em áudio e vídeo).

6.4. Serão credenciados os interessados que se encontrarem em situação constatada com a apresentação da documentação exigida e que atendam a todas exigências deste edital.

6.5. É facultada a Comissão de Contratação, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

6.6. O credenciado intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pela Comissão de Contratação, sob pena de descredenciamento.

6.7. Atendidas todas as condições previstas neste Edital, o credenciado assinará o termo de credenciamento, habilitando-se a operar nos termos, e nas condições estabelecidas.

6.8. O Município de Formiga-MG efetuará a publicação dos termos de credenciados decorrentes deste credenciamento nos jornais oficiais.

6.9. DA FORMA DE CREDENCIAMENTO - credenciamento será realizado de forma eletrônica, por meio do site www.licitanet.com.br.

6.9.1. As empresas interessadas deverão acessar o referido portal e seguir as instruções para envio da documentação e demais informações exigidas neste edital.

6.9.2. O credenciamento será contínuo, podendo as empresas interessadas apresentarem suas propostas a qualquer tempo, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste edital.

6.9.3. Não poderão participar do credenciamento:

6.9.4. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s).

7. DO ENVIO DO REQUERIMENTO, DECLARAÇÕES E HABILITAÇÃO

7.1. Tanto a proposta, representada pela Solicitação de Credenciamento, quanto os documentos necessários para a habilitação, deverão ser enviados simultaneamente por meio da plataforma eletrônica de credenciamento disponível no site www.licitanet.com.br.

7.2. Caso haja cobrança de taxa de inscrição e/ou participação, esta será de responsabilidade exclusiva da plataforma, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade sobre a gestão do sistema, bem como sobre os custos operacionais decorrentes de sua utilização.

7.3. A Comissão responsável pelo credenciamento terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para análise das propostas e dos documentos de habilitação, contados a partir do recebimento da documentação completa na plataforma.

7.4. Todas as referências de tempo neste Edital, no aviso e durante a sessão pública eletrônica obedecerão ao horário de Brasília – DF.



7.5. O interessado em participar do credenciamento deverá assinalar, em campo próprio da plataforma, as declarações exigidas para confirmação do cumprimento das condições estabelecidas neste edital.

7.6. Os Documentos para fins de habilitação, estão relacionados neste Edital, e deverão ser enviados por meio da plataforma eletrônica de credenciamento disponível no site www.licitanet.com.br.

7.7. Todos os documentos relacionados deverão estar dentro do prazo de validade, conforme o caso e os que não o indicarem, devem ter sido emitidos no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

7.8. Não será credenciada a interessada que não apresentar a documentação com validade expirada ou vencida.

7.9. A comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância do requerimento, dos documentos e sua validade jurídica, mediante justificativa.

7.10. A Comissão de contratação poderá ainda, durante a análise da documentação, convocar os interessados através da plataforma licitanet para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, bem como solicitar documentos complementares.

8. DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS DO CREDENCIAMENTO

8.1. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital, será habilitado e o credenciado firmará o respectivo Termo de Credenciamento em processo de inexigibilidade de licitação, prevista no inciso IV, do art. 74, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.2. O processo de credenciamento de que trata este Edital obedecerá ao estabelecido no item 07 deste edital, excluindo-se qualquer outra forma, local, ou meio eletrônico.

8.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do Art. 43, § 1º, da Lei 123/06.

8.4. CRITÉRIO DE SELEÇÃO:

8.4.1. Na etapa inicial, considerar-se credenciado todas as interessadas que atenderem aos requisitos do edital, considerando portanto todas as Empresas que atenderem ao presente chamado e comprovarem satisfatoriamente os requisitos constantes deste Edital serão contratados pela Administração Pública Municipal conforme a demanda solicitada, sendo certo que a contratação será precedida do necessário processo de Credenciamento de Licitação, com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4.2. O Chamamento para a Prestação dos Serviços neste Edital será feito pelas Secretarias Demandantes, dentro de seus critérios e conveniências.

8.4.3. O Termo de Credenciamento será formalizado de acordo com as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, demais anexos não excludentes, sendo encaminhado para assinatura da CONTRATADA e devendo retornar no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados do seu recebimento, salvo pedido de prorrogação apresentado nesse prazo, devidamente justificado, e acolhido pela Comissão.

8.4.4. Quando convocado para execução do objeto, o credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins de assinatura do termo de credenciamento ou outro instrumento hábil.

8.5. Todas as comunicações decorrentes das contratações, bem como eventuais notificações decorrentes dos procedimentos previstos no art. 155, da lei 14.133, serão por meio eletrônico (e-mail) entre a administração e a contratada através de e-mail informado nos dados de credenciamento, e ou inseridos na plataforma digital www.licitanet.com.br;

9. DA ROTATIVIDADE ENTRE OS CREDENCIADOS

9.1. Para garantir a igualdade de condições entre todos os interessados a contratar com a Administração será feito sorteio em sessão pública presencial (gravada em áudio e vídeo).



9.1.1. Informamos que o sorteio presencial dos credenciados será integralmente gravado em áudio e vídeo, assegurando total transparência e publicidade em todos os atos praticados. Essa medida tem por objetivo garantir a segurança jurídica, a integridade e a rastreabilidade de cada etapa do procedimento. Após o encerramento, a gravação será devidamente anexada aos autos do processo licitatório.

9.2. Somente participarão do sorteio os CREDENCIADOS habilitados pela Comissão de Contratação, após o encerramento de todas as vias recursais administrativas.

9.3. A observância ao quadro de sorteios garantirá uma distribuição equitativa dos serviços entre os CREDENCIADOS, de forma que os mesmos, após receberem demandas, aguardem novamente sua vez até que todos os outros CREDENCIADOS, nas mesmas condições, tenham recebido demandas.

9.4. Após o sorteio, a Comissão de Contratação divulgará o resultado do certame contendo os CREDENCIAMENTOS deferidos e indeferidos, bem como a ordem de convocação dos mesmos regularmente credenciados, observando o resultado do sorteio, sendo, em todas as etapas, lavradas atas discorrendo sobre os acontecimentos da sessão pública.

9.5. Se a quantidade de CREDENCIADOS selecionados for inferior ao número de Editais Culturais programadas, os procedimentos administrativos posteriores estarão sujeitos a novo sorteio.

9.6. Os novos CREDENCIADOS, após a sessão do sorteio, serão posicionados pela ordem de cadastramento junto ao Município, respeitando-se o placar de sorteio.

9.7. Para cada edital cultural publicado pelo Município, por meio da Secretaria de Cultura, serão selecionados dois credenciados (pareceristas). Ambos serão responsáveis pela análise e emissão de nota/parecer de TODOS os inscritos/projetos do referido edital, observada a ordem do sorteio entre os credenciados.

10. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

No sistema eletrônico, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

10.1. DA HABILITAÇÃO - (DOCUMENTAÇÃO)

10.1.1 Para a participação nesta licitação, as licitantes interessadas deverão apresentar no sistema eletrônico a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, em cumprimento ao art. 7º, XXXIII da CRFB/88 e qualificação técnica conforme segue:

a) Solicitação de Credenciamento (**CONFORME ANEXO 01**).

10.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA PARA PESSOAS JURÍDICAS

a) Cédula de identidade do responsável legal da empresa.

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União que abrange regularidade com o INSS;

c) Certidão de Regularidade Estadual;

d) Certidão de Regularidade Municipal (da sede do licitante);

e) Certidão de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;



f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br/certidao), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/21 e art. 642-A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);

g) Declaração Diversa (**conforme anexo 02**).

10.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.5. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA PARA PESSOAS FÍSICAS

a) Cédula de identidade;

b) Comprovante de endereço;

10.5.1. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

b) Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal;

c) Certidão de Regularidade Estadual;

d) Certidão de Regularidade Municipal (da sede do licitante);

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br/certidao), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 68, inciso V da Lei nº 14.133/21 e art. 642-A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);

10.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.6.1. Para a execução de um serviço de qualidade, espera-se que o parecerista possua as seguintes habilidades:

a) Domínio da legislação aplicada a Editais Culturais;

b) Conhecimento de gestão de projetos culturais e elaboração de planilhas de custos;

c) Conhecimento para a elaboração de pareceres.

10.6.1.1. Desse modo, para a comprovação da qualificação técnica o contratado deverá apresentar ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

• DA JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

• Os requisitos para a habilitação são necessários para comprovação da capacidade técnico-operacional e profissional dos pareceristas, de modo a conferir uma entrega de qualidade para as análises dos projetos culturais. Justifica-se essa exigência pelo descrito no inciso II do artigo 67 da Lei 14.133/2021:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

10.7. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS (CONFORME ANEXO 02):

a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);



- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ/CPF e endereço respectivo, observando-se que:

- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome da Matriz;

10.9. Todos os documentos que não possuírem data de validade estabelecida pelo órgão expedidor deverão ter sido emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

10.10. Não se incluem no previsto no item anterior os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, que é o caso dos atestados de capacidade/responsabilidade técnica.

10.5. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

10.6. A Comissão de Contratação reserva-se no direito de solicitar o original a qualquer documento, sempre que julgar necessário.

10.7. Os documentos retirados da internet terão sua autenticidade certificada junto aos “sites” dos órgãos emissores.

10.8. Em qualquer hipótese, fica estabelecido que os documentos apresentados permanecerão no processo licitatório.

11. DA VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

11.1. O presente credenciamento permanecerá aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 03 (três) anos, mediante justificativa da autoridade competente e desde que mantidas as condições originalmente estabelecidas, assegurada a qualquer tempo a possibilidade de ingresso de novos interessados.

11.2. O Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado anualmente, por, até 3 anos, nas mesmas condições.

11.3. O Termo de Credenciamento será formalizado após a convocação da Comissão de Contratação, tendo o prazo de 05 (cinco) dias para sua formalização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.4. A distribuição dos serviços será feita de modo a preservar o princípio da igualdade e da transparência de atuação, respeitando-se a ordem de convocação dos Credenciados, conforme sorteio a ser realizado em sessão pública pela Comissão de Contratação.



11.5. Para cada edital cultural publicado pelo Município, por meio da Secretaria de Cultura, serão selecionados dois credenciados (pareceristas). Ambos serão responsáveis pela análise e emissão de nota/parecer de TODOS os inscritos/projetos do referido edital, observada a ordem do sorteio entre os credenciados.

11.6. O credenciado ficará obrigado a atender a todas as solicitações de fornecimento efetuadas durante a vigência do Credenciamento.

12. ANEXOS

12.1 Integram este edital os seguintes anexos:

- Modelo de Solicitação de Credenciamento (**Anexo 01**);
- Modelo de Declaração Diversa (**Anexo 02**);
- Termo de Referência (**Anexo 03**);
- Termo de Credenciamento (**Anexo 04**).

13. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

13.1. Concluído o credenciamento os interessados serão convocados para celebrar o Termo de Credenciamento, conforme Minuta constante no Anexo 04 deste Edital.

13.2 Os interessados credenciados e convocados deverão comparecer para celebrar o Termo de Credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal, através de correio eletrônico ou notificação pessoal.

13.3 A não assinatura do Termo de Credenciamento poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento.

14. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento - SF e Nota Fiscal/Fatura, corretamente.

14.2. Os pagamentos ao Contratado somente serão realizados mediante a efetiva realização do serviço nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria requisitante.

14.3. As notas fiscais deverão ser emitidas observando às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9.961 de 05 de maio de 2023.

14.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pelo Contratado em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

14.5. O Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

14.6. O pagamento devido pelo Contratante será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pelo Contratado ou eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

14.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte do Contratado, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto.

14.8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados do Contratado.



15. EXECUÇÃO DO OBJETO.

15.1. O serviço poderá ser prestado de forma online, mediante apresentação da Solicitação de Fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

15.2. Os serviços deste processo serão solicitados mediante Solicitação de Fornecimento, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela contratada.

15.3. A distribuição dos serviços será feita de modo a preservar o princípio da igualdade e da transparência, respeitando-se a ordem de convocação dos Credenciados, conforme sorteio realizado.

15.4. Cada execução do objeto deverá ser efetuada mediante solicitação de fornecimento/serviço da unidade requisitantes, a qual poderá ser feita por e-mail, devendo constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o parecerista credenciado que executará o serviço, o local para execução, o carimbo e a assinatura do responsável.

15.5. O Fornecimento dar-se-á de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Cultura, cujo endereço eletrônico e telefone dos são:

- Secretaria Municipal de Cultura:
compracultura2020@gmail.com tel.: (37) 3329-1827

16 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1.1. Emitir Solicitação de Fornecimento;

16.1.2. Atestar a realização do serviço contratado no documento fiscal correspondente, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade do Contratado pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades na execução do serviço, rejeitando pareceres subjetivos ou em desconformidade com as especificações deste Edital, em relação à distribuição dos pontos de acordo com os critérios estabelecidos no edital cultural ao qual foi submetido o projeto analisado.

16.1.3. Enviar ao parecerista, os Projetos a serem analisados, bem como os Editais aos quais foram submetidos.

16.1.4. Notificar ao Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviço, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

16.1.5. Acusar, por meio de ofício, incorreções cometidas pelos profissionais responsáveis pela execução dos serviços.

16.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.2.1. Os contratados deverão elaborar pareceres técnicos frutos de análise de projetos culturais submetidos a Editais Culturais publicados pelo Município de Formiga. O PARECERISTA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para entregar o(s) parecer(es) solicitado(s) e deverão, ainda:

16.2.1.1. Atender às normas técnicas e de segurança vigentes;

16.2.1.2. Cumprir todas as obrigações estabelecidas, riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

16.2.1.3. Responsabilizar-se pela qualidade na prestação do serviço sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

16.2.1.4. Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a vigência do credenciamento;

16.2.1.5. Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto;

16.2.1.6. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

16.2.1.7. Emitir Nota Fiscal de Serviço, após o cumprimento do objeto;



16.2.1.8. Informar à Tesouraria do Município os dados bancários para pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com

16.2.1.9. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

16.2.1.10. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, conforme artigo 92, incisos XVI e XVII, da Lei 14.133/2021.

17. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

17.1. Atendendo às exigências contidas no **art.117 da Lei 14.133, de 2021 e ao Decreto Municipal 9.841 de 2023**, a servidora **THAIS DE PAULA PARREIRA**, será designada pela autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Credenciamento, como representante da Administração, conforme **PORTARIA Nº 6.333, DE 12 DE FEVEREIRO 2026**.

17.2. A gestão do Processo será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Cultura, Alex Sandro Alvarenga Arouca, cabendo a ele, o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

17.3. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

18. DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO

18.1 No **dia 07 de maio de 2026, às 09:01 horas**, em sessão pública eletrônica, a realizar-se na plataforma do Licitanet será conferidos a documentação.

18.2 Não havendo manifestação de intenção de recurso, a Comissão de Contratação definirá e divulgará, em data posteriormente marcada, a realização da sessão presencial destinada ao sorteio. O sorteio terá por finalidade a elaboração do rol de credenciados aptos à prestação dos serviços descritos no objeto deste edital, sendo que a relação numerada obedecerá à ordem de classificação resultante do sorteio.

18.3 A relação numerada dos credenciados será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro sorteado.

18.4 O credenciado que rejeitar a designação, ou estiver suspenso/impedido de realizar os serviços, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem de classificação

18.5 Havendo descredenciamento de interessados, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

18.6 Após o sorteio, poderá ser realizado o credenciamento de outros interessados, desde que os mesmos atendam as especificações do edital e serão classificados após os credenciados já sorteados e ordenados.

19. DO RECURSO E IMPUGNAÇÃO

19.1. Caberá a Comissão Contratação decidir sobre a petição impugnatória no prazo de até 3 (três) dias úteis.

19.2 Qualquer recurso contra a decisão da Comissão de Contratação terá efeito suspensivo.

19.3 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.4 Os recursos poderão ser enviados via endereço eletrônico e postal, com aviso de recebimento para comprovação dos prazos estabelecidos para cada ato contados da data de postagem.



19.5 O protocolo deverá ocorrer no horário de expediente da Diretoria de Compras Públicas. A Administração Municipal não se responsabiliza pelo extravio/ausência de assinatura nos documentos eletrônicos.

19.6 O recurso será dirigido a Comissão de Contratação, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias, ou, nesse prazo, fazê-lo subir devidamente informando à autoridade competente, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

20. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 Esta despesa ocorrerá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11.002.13.392.0063.3.3.90.36 – Ações de Fomento à Produção Artística e Cultural – Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Física – Fundo Municipal de Cultura.

a) Recursos Próprios: 2500 (superavit financeiro)

b) Não haverá recursos da União

11.002.13.392.0063.3.3.90.39 – Ações de Fomento à Produção Artística e Cultural – Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica – Fundo Municipal de Cultura.

Ficha: 993

c) Recursos Próprios: 1500

d) Não haverá recursos da União

21. DAS PENALIDADES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa pratica as condutas previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar e

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor homologado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Administração, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

21.5. Será aplicada advertência exclusivamente nos casos de inexecução parcial do termo de credenciamento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada nos seguintes casos:



- 21.6.1.** dar causa à inexecução parcial do termo de credenciamento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 21.6.2.** dar causa à inexecução total do termo de credenciamento;
- 21.6.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 21.6.4.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 21.6.5.** não celebrar o termo de credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 21.6.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 21.7.** Quando justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos nos itens 21.6.1 a 21.6.6, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 21.8.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos seguintes casos:
 - 21.8.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do termo de credenciamento;
 - 21.8.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do termo de credenciamento;
 - 21.8.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 21.8.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 21.8.5.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 21.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de credenciamento, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.
- 21.10.** A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

22.1 Administração Direta e Indireta do Município de Formiga - MG, com relação a este credenciamento:

- a)** Deverá anulá-lo, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- b)** Poderá revogá-lo, a seu juízo, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

22.1. Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste Credenciamento:

- a)** A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 149 da Lei nº 14.133/2021;
- b)** A nulidade do procedimento licitatório induz à do termo de credenciamento, ressalvado, ainda, o dispositivo citado na subcondição anterior;
- c)** No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.



23. DO REAJUSTE

23.1. Tendo em vista que se trata de um procedimento de Credenciamento, com previsão de renovação anual, o reajuste poderá acontecer, apenas, por ocasião de cada renovação.

23.2. O valor inicialmente estabelecido é fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data de homologação do processo.

23.3. Caso haja renovação do credenciamento, após o interregno de um ano, o valor inicial será reajustado mediante aplicação, pelo contratante, do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência de cada anualidade.

23.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

23.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajuste venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

23.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

24.1. Tendo em vista que se trata de um procedimento de Credenciamento, com valor fixo, não haverá previsão de reequilíbrio econômico-financeiro.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 A participação no presente processo para credenciamento implica a concordância, com todos os termos e condições deste edital.

25.2 Os documentos exigidos neste edital poderão ser apresentados no original, por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pela Comissão de Contratação.

25.3 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente edital.

25.4 Não serão conhecidas as documentações apresentadas via fax ou e-mail.

25.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos, em dia de expediente na Administração Direta (Prefeitura Municipal de Formiga).

25.6 É vedado ao Contratado subcontratar total ou parcialmente o objeto deste processo. Maiores informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras Públicas, situada à Rua Barão de Piumhi, nº. 92A, 2º andar, Centro, Formiga/MG, ou pelos telefones (37) 3329-1843 ou 3329-1844.

25.7 A Administração Direta e Indireta do Município se reserva no direito de revogar total ou parcialmente o presente credenciamento, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 71 da Lei 14.133/2021, não cabendo as licitantes o direito de indenização, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 149 da citada lei. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Contratação.

25.8 O edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.formiga.mg.gov.br ou podendo ser solicitado pelo e-mail licitacao@formiga.mg.gov.br.



Diretoria de Compras Públicas
RUA BARÃO DE PIUMHI, 92 B (2º ANDAR) - CENTRO - FORMIGA – M
TELEFONE: (037) 3329-1844 - (037) 3329-1843
CEP 35570-128 - EMAIL: licitacaoformigamg@gmail.com



Formiga(MG), 06 de abril de 2026.

Elaborado por: _____

LUCAS EDUARDO PEREIRA
COORDENADOR DE PREGÃO



ANEXO 01
MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO 003/2026
INEXIGIBILIDADE 016/2026
PROCESSO Nº 040/2026

O interessado, inscrito no CNPJ
sob o nº, sediada
à.....,
bairro....., município de, por seu representante legal, vem por meio
deste, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Formiga-MG.

Assinatura e carimbo do representante legal.

Local e data: _____

Observação: Este modelo deverá ser impresso em papel timbrado do interessado.

Obs: Este documento deve ser anexado no sistema LICITANET.



ANEXO 02

MODELO DE DECLARAÇÃO DIVERSA Processo Licitatório nº ____/____ Credenciamento nº ____/____

Ao:

Município de Formiga/MG

Ref.: Credenciamento Nº ____

Prezados Senhores,

(nome e qualificação do representante), como representante devidamente constituído da empresa ____ (nome da empresa/CNPJ) ____, sito à ____, doravante denominado Licitante, para os fins disposto no edital, DECLARA, sob as penas da lei, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

____, ____ de ____ de ____.

LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE
LEGAL

Obs: Este documento deve ser anexado no sistema LICITANET.

Obs: Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da proponente.



ANEXO 03
TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de um procedimento de credenciamento de PARECERISTAS, a fim de possibilitar contratações futuras ao Município. O objeto são serviços de análise de projetos culturais de projetos submetidos a editais culturais publicados pelo Município de Formiga e emissão de pareceres técnicos.

A seguir, a tabela com o item único que compõe o objeto da contratação, seu descritivo, quantidade, preço por unidade e preço total estimado:

PREÇO MÉDIO						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	Valor de cada contratação	PREÇO TOTAL
1	2000205037	Elaboração de Pareceres de Projetos Culturais	Serviço	250	R\$ 100,00	R\$ 25.000,00
PREÇO MÉDIO TOTAL ESTIMADO					R\$ 25.000,00	

1.2. O credenciamento vigorará por 1 (um) ano com possibilidade de renovação anual por, até, 3 anos.

1.3. Prazo de entrega do objeto: 10 (dez) dias úteis.

2. FUNDAMENTO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

No DFD que identificou esta demanda, foi destacado que a contratação de pareceristas externos à Prefeitura garante maior imparcialidade e isenção no processo de seleção dos projetos culturais inscritos nos Editais Municipais. Ao contar com pareceristas independentes, desvinculados dos proponentes e da Administração Pública, reduzem-se as chances de favorecimentos ou conflitos de interesse. Essa abordagem favorece a transparência do processo e a credibilidade das escolhas feitas.

Os projetos culturais, em geral, podem abranger diversos segmentos artísticos e requerem uma avaliação técnica especializada no que se refere à viabilidade, relevância cultural, aplicação dos recursos e capacidade de execução.

Além disso, ressalta-se que a análise feita por especialistas contribui para o aprimoramento dos projetos submetidos, uma vez que os pareceres técnicos fornecem informações valiosas aos proponentes, destacando pontos fortes e fracos de cada projeto. A seleção técnica dos projetos traz maior chance de êxito na execução, o que proporciona maiores ganhos para a sociedade formiguense e maior alinhamento às políticas culturais do município.

Diante disso, o credenciamento de pareceristas faz-se necessário para se atender à demanda dos editais culturais publicados pelo Município.



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Como demonstrado no Estudo Técnico Preliminar deste processo, vários Municípios optam pela abertura de Credenciamento para atendimento à demanda de análise de projetos culturais e emissão de pareceres técnicos.

Nesse sentido, para atendimento a essa demanda, sugere-se como a solução mais vantajosa para a Administração é a abertura de um procedimento de **credenciamento de pareceristas**, pelo valor de R\$ 100,00 por parecer. Esse procedimento proporciona maior flexibilidade ao Município que poderá contratar profissionais técnicos, e ainda poderá se adaptar rapidamente a possíveis mudanças de mercado, buscando sempre as melhores condições. O credenciamento possibilita a contratação de todos os pareceristas interessados que preencham as condições estabelecidas, sendo viável também, em função da desburocratização do processo licitatório. Além disso, o processo permite que novos interessados se credenciem a qualquer momento.

4. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Registra-se que o objeto seja de natureza divisível, tendo em vista que cada projeto pode ser analisado por um parecerista distinto. Por meio do credenciamento, serão selecionados pessoas físicas e/ou jurídicas para realização do serviço de apresentação emissão de pareceres em regime de revezamento, primando pelo princípio constitucional da impessoalidade.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Credenciamento, pessoas físicas e/ou jurídicas, com regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de impedimento de contratar com o Poder Público, e que satisfaçam as condições estabelecidas no Edital.

5.2. A cada contratação, os pareceristas deverão proceder, a análise de 1 (um) projeto submetido a algum edital cultural publicado pelo Município de Formiga, fornecendo 1 (um) parecer técnico referente, que deverá constar a pontuação obtida por cada projeto, de acordo com os critérios a serem estabelecidos nos editais.

5.3. Subcontratação - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. Garantia da contratação - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

6. NECESSIDADE DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para a execução de um serviço de qualidade, espera-se que o parecerista possua as seguintes habilidades:

- d) Domínio da legislação aplicada a Editais Culturais;
- e) Conhecimento de gestão de projetos culturais e elaboração de planilhas de custos;
- f) Conhecimento para a elaboração de pareceres.

Desse modo, para a comprovação da qualificação técnica o contratado deverá apresentar ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.1 Justificativa da Qualificação Técnica



Os requisitos para a habilitação são necessários para comprovação da capacidade técnico-operacional e profissional dos pareceristas, de modo a conferir uma entrega de qualidade para as análises dos projetos culturais. Justifica-se essa exigência pelo descrito no inciso II do artigo 67 da Lei 14.133/2021:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

(...)

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

7. VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

7.1. O presente credenciamento permanecerá aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 03 (três) anos, mediante justificativa da autoridade competente e desde que mantidas as condições originalmente estabelecidas, assegurada a qualquer tempo a possibilidade de ingresso de novos interessados.

7.2 O Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado anualmente, por, até 3 anos, nas mesmas condições.

7.3. O Termo de Credenciamento será formalizado após a convocação da Comissão de Contratação, tendo o prazo de 05 (cinco) dias para sua formalização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo.

7.4. A distribuição dos serviços será feita de modo a preservar o princípio da igualdade e da transparência de atuação, respeitando-se a ordem de convocação dos Credenciados, conforme sorteio a ser realizado em sessão pública pela Comissão de Contratação.

7.5. Pra cada edital cultural publicado pelo Município, por meio da Secretaria de Cultura, serão selecionados dois credenciados (pareceristas). Ambos serão responsáveis pela análise e emissão de nota/parecer de TODOS os inscritos/projetos do referido edital, observada a ordem do sorteio entre os credenciados.

7.6. O credenciado ficará obrigado a atender a todas as solicitações de fornecimento efetuadas durante a vigência do Credenciamento.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento - SF e Nota Fiscal/Fatura, corretamente.

8.2 Os pagamentos ao Contratado somente serão realizados mediante a efetiva realização do serviço nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria requisitante.

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas observando às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9.961 de 05 de maio de 2023.



8.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pelo Contratado em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

8.5. O Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

8.6. O pagamento devido pelo Contratante será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pelo Contratado ou eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

8.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte do Contratado, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto.

8.8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados do Contratado.

9. EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. O serviço poderá ser prestado de forma online, mediante apresentação da Solicitação de Fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

9.2. Os serviços deste processo serão solicitados mediante Solicitação de Fornecimento, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela contratada.

9.3. A distribuição dos serviços será feita de modo a preservar o princípio da igualdade e da transparência, respeitando-se a ordem de convocação dos Credenciados, conforme sorteio realizado.

9.4. Cada execução do objeto deverá ser efetuada mediante solicitação de fornecimento/serviço da unidade requisitantes, a qual poderá ser feita por e-mail, devendo constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o parecerista credenciado que executará o serviço, o local para execução, o carimbo e a assinatura do responsável.

9.5. O Fornecimento dar-se-á de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Cultura, cujo endereço eletrônico e telefone dos são:

- Secretaria Municipal de Cultura:
compracultura2020@gmail.com tel.: (37) 3329-1827

10. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

10.1. Atendendo às exigências contidas no **art.117 da Lei 14.133, de 2021 e ao Decreto Municipal 9.841 de 2023**, a servidora *Thais de Paula Parreira*, será designada pela autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do Termo de Credenciamento, como representante da Administração, conforme **portaria** a ser citada no respectivo edital.

10.2. A gestão do Processo será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Cultura, Alex Sandro Alvarenga Arouca, cabendo a ele, o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

10.3. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas



por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Emitir Solicitação de Fornecimento;

11.2. Atestar a realização do serviço contratado no documento fiscal correspondente, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade do Contratado pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades na execução do serviço, rejeitando pareceres subjetivos ou em desconformidade com as especificações deste termo, em relação à distribuição dos pontos de acordo com os critérios estabelecidos no edital cultural ao qual foi submetido o projeto analisado.

11.3. Enviar ao parecerista, os Projetos a serem analisados, bem como os Editais aos quais foram submetidos.

11.4. Notificar ao Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviço, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

11.5. Acusar, por meio de ofício, incorreções cometidas pelos profissionais responsáveis pela execução dos serviços.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Os contratados deverão elaborar pareceres técnicos frutos de análise de projetos culturais submetidos a Editais Culturais publicados pelo Município de Formiga. O PARECERISTA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para entregar o(s) parecer(es) solicitado(s) e deverão, ainda:

12.1. Atender às normas técnicas e de segurança vigentes;

12.2. Cumprir todas as obrigações estabelecidas, riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

12.3. Responsabilizar-se pela qualidade na prestação do serviço sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

12.4. Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a vigência do credenciamento;

12.5. Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto;

12.6. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

12.7. Emitir Nota Fiscal de Serviço, após o cumprimento do objeto;

12.8. Informar à Tesouraria do Município os dados bancários para pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com

12.9. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

12.10. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, conforme artigo 92, incisos XVI e XVII, da Lei 14.133/2021.



13. REAJUSTE

13.1. Tendo em vista que se trata de um procedimento de Credenciamento, com previsão de renovação anual, o reajuste poderá acontecer, apenas, por ocasião de cada renovação.

13.2. O valor inicialmente estabelecido é fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data de homologação do processo.

13.3. Caso haja renovação do credenciamento, após o interregno de um ano, o valor inicial será reajustado mediante aplicação, pelo contratante, do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência de cada anualidade.

13.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajuste venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tendo em vista que se trata de um procedimento de Credenciamento, com valor fixo, não haverá previsão de reequilíbrio econômico-financeiro.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. Os Fornecedores serão selecionados por meio da realização de **credenciamento**, modalidade que possibilita contratações futuras em que o Município não é obrigado a contratar sua totalidade, conforme **Lei Federal nº 14.133/2021**.

15.2. A distribuição dos serviços será feita de modo a preservar o princípio da igualdade e da transparência de atuação, respeitando-se a ordem de convocação dos Credenciados, conforme sorteio realizado em sessão pela Comissão de Contratação.

15.3. Não será utilizado o critério de julgamento pelo menor preço, tendo em vista que o valor do objeto é fixado pelo próprio procedimento de credenciamento.

16. MODALIDADE

16.1. A fim de garantir a eficiência, a transparência, a economia e a agilidade necessárias para suprir as demandas, proporcionando um melhor atendimento às necessidades da comunidade, o Município de Formiga promoverá um CREDENCIAMENTO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos



de:

(...)

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Optou-se por tal procedimento licitatório, tendo em vista que se trata de serviços de emissão de pareceres técnicos, com possibilidade de contratações acumulativas e simultâneas, cuja condições são padronizadas.

16.3. Conforme artigo 17, § 2º, da Lei Federal nº. 14.133/2021, que dispõe que “*as licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica...*”, assim, esse procedimento deverá ser realizado de **forma eletrônica**.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO

O custo estimado total das contratações é de **R\$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais) conforme previsto pela demanda apresentada no DFD, com base na estimativa do número de serviços a serem contratados durante a vigência do credenciamento

18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Esta despesa ocorrerá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11.002.13.392.0063.3.3.90.36 – Ações de Fomento à Produção Artística e Cultural – Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Física – Fundo Municipal de Cultura.

- Recursos Próprios: 2500 (superavit financeiro)
- Não haverá recursos da União

11.002.13.392.0063.3.3.90.39 – Ações de Fomento à Produção Artística e Cultural – Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica – Fundo Municipal de Cultura.

Ficha: 993

- Recursos Próprios: 1500
- Não haverá recursos da União

19. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a efetivação deste credenciamento para a contratação de pareceristas externos à Administração Municipal, para análise dos projetos submetidos aos Editais Culturais publicados pelo Município, espera-se reduzir as chances de favorecimentos ou conflitos de interesse, resultando em mais transparência nos processos e maior credibilidade das escolhas feitas. Pretende-se, ainda, proporcionar maior chance de êxito na execução dos projetos com ganhos para a sociedade formiguense e alinhamento às políticas culturais do município.

20. PENALIDADES

20.1. O presente procedimento de credenciamento é regido pela Lei 14.133/21, a apuração das infrações e sanções administrativas observará os termos da Lei 14.133, de 1º de



abril de 2021.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa, pratica as condutas previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. Advertência;

20.2.2. Multa;

20.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

20.3.2. As peculiaridades do caso concreto

20.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

20.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

20.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor homologado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Administração, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

20.5. Será aplicada advertência exclusivamente nos casos de inexecução parcial do objeto, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.6. Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada nos seguintes casos:

20.6.1. Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.6.2. Dar causa à inexecução total do objeto;

20.6.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.6.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.6.5. Não assinar o Termo de Credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado;

20.6.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

20.7. Quando justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos nos itens **20.6.1** a **20.6.6**, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos seguintes casos:

20.8.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do objeto;

20.8.2. Fraudar o processo ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

20.8.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



20.8.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

20.8.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Termo de Credenciamento, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do credenciamento, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

20.10. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21. CONDIÇÕES GERAIS

21.1. Para consulta e conhecimento dos interessados, o protocolo do futuro Edital permanecerá afixado no quadro de aviso localizado na Rua Barão de Piumhi, 92 (1º Andar) – Centro - Formiga–MG, cuja cópia poderá ser obtida através do site www.formiga.mg.gov.br ou através de requerimento dirigido à Diretoria de Compras Públicas, na Rua Barão de Piumhi 92 A (2º Andar) – Centro, Formiga–MG.

21.2. O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a **Lei nº 14.133, de 2021**, bem como o **DECRETO nº 9.841, DE 24 DE JANEIRO DE 2023** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste termo de referência e no Edital.

21.3 O futuro Edital será disponibilizado no endereço eletrônico www.formiga.mg.gov.br ou poderá ser solicitado pelo e-mail pregoeirospmformiga@gmail.com

Formiga, 29 de fevereiro de 2025.

Elaborado por:

Alex Sandro Alvarenga Arouca
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA



ANEXO 04
TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2026
INEXIGIBILIDADE 016/2026
CREDENCIAMENTO 003/2026

Termo de Credenciamento Nº ____/2026

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FORMIGA E, PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS.

Termo de Credenciamento que entre si celebram o Município de Formiga, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º: 16.784.720/0001-25, com sua sede administrativa localizada na Rua Barão de Piumhi, nº 121, Centro, neste ato, representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, **Sr. Laércio dos Reis Gomes**, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado nesta cidade de Formiga - MG, portador do C.P.F. n.º: 761.371.396-20 e R.G. n.º: MG 3.863.304 SSP/MG, neste ato denominado CONTRATANTE e de outro lado o, Inscrito no CNPJ sob n.º, com endereço, através de seu representante legal, Sr., denominado CONTRATADO, considerando a homologação, o objeto da Licitação de que trata o Edital de Credenciamento nº 006/2025 cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS, A FIM DE POSSIBILITAR CONTRATAÇÕES FUTURAS AO MUNICÍPIO. O OBJETO SÃO SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETOS CULTURAIS DE PROJETOS SUBMETIDOS A EDITAIS CULTURAIS PUBLICADOS PELO MUNICÍPIO DE FORMIGA E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS**, resolvem de mútuo acordo celebrar o presente **termo de credenciamento** mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

11. CREDENCIAMENTO DE PARECERISTAS, A FIM DE POSSIBILITAR CONTRATAÇÕES FUTURAS AO MUNICÍPIO. O OBJETO SÃO SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETOS CULTURAIS DE PROJETOS SUBMETIDOS A EDITAIS CULTURAIS PUBLICADOS PELO MUNICÍPIO DE FORMIGA E EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS.

12. A seguir, a tabela com o item único que compõe o objeto da contratação, seu descritivo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN
1	2000205037	Elaboração de Pareceres de Projetos Culturais	Serviço

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. Esse Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado anualmente, por, até 3 anos, nas mesmas condições.

2.2. Esse Termo de Credenciamento será formalizado após a convocação da Comissão de Contratação, tendo o prazo de 05 (cinco) dias para sua formalização, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta minuta.



2.3. A distribuição dos serviços será feita de modo a preservar o princípio da igualdade e da transparência de atuação, respeitando-se a ordem de convocação dos Credenciados, conforme sorteio a ser realizado em sessão pública pela Comissão de Contratação.

2.4. Para cada edital cultural publicado pelo Município, por meio da Secretaria de Cultura, serão selecionados dois credenciados (pareceristas). Ambos serão responsáveis pela análise e emissão de nota/parecer de TODOS os inscritos/projetos do referido edital, observada a ordem do sorteio entre os credenciados.

2.5. O credenciado ficará obrigado a atender a todas as solicitações de fornecimento efetuadas durante a vigência do Credenciamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1.1. Emitir Solicitação de Fornecimento;

3.1.2. Atestar a realização do serviço contratado no documento fiscal correspondente, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade do Contratado pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades na execução do serviço, rejeitando pareceres subjetivos ou em desconformidade com as especificações desta minuta, em relação à distribuição dos pontos de acordo com os critérios estabelecidos no edital cultural ao qual foi submetido o projeto analisado.

3.1.3. Enviar ao parecerista, os Projetos a serem analisados, bem como os Editais aos quais foram submetidos.

3.1.4. Notificar ao Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação de serviço, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

3.1.5. Acusar, por meio de ofício, incorreções cometidas pelos profissionais responsáveis pela execução dos serviços.

3.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.2.1. Os contratados deverão elaborar pareceres técnicos frutos de análise de projetos culturais submetidos a Editais Culturais publicados pelo Município de Formiga. O PARECERISTA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para entregar o(s) parecer(es) solicitado(s) e deverão, ainda:

3.2.2. Atender às normas técnicas e de segurança vigentes;

3.2.3. Cumprir todas as obrigações estabelecidas, riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

3.2.4. Responsabilizar-se pela qualidade na prestação do serviço sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual;

3.2.5. Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a vigência do credenciamento;

3.2.6. Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto;

3.2.7. Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja exclusiva responsabilidade da CONTRATADA;

3.2.8. Emitir Nota Fiscal de Serviço, após o cumprimento do objeto;

3.2.9. Informar à Tesouraria do Município os dados bancários para pagamentos, por meio do endereço eletrônico: tesourariapmf@gmail.com

3.2.10. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

3.2.11. Manter, durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, conforme artigo 92, incisos XVI e XVII, da Lei 14.133/2021.



CLÁUSULA QUARTA CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto será efetuado pela Tesouraria Municipal, por processo legal, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Solicitação de Fornecimento - SF e Nota Fiscal/Fatura, corretamente.

4.2. Os pagamentos ao Contratado somente serão realizados mediante a efetiva realização do serviço nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de atestação no documento fiscal correspondente pela secretaria requisitante.

4.3. As notas fiscais deverão ser emitidas observando às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234 de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 9.961 de 05 de maio de 2023.

4.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pelo Contratado em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

4.5. O Fiscal e/ou a Secretaria de Fazenda no Setor de Contabilidade, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal/Fatura, deverá devolvê-la à contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

4.6. O pagamento devido pelo Contratante será efetuado por meio de depósito em Conta Bancária a ser informada pelo Contratado ou eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes.

4.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte do Contratado, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto.

4.8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Credenciamento, pessoas físicas e/ou jurídicas, com regularidade jurídico-fiscal, que não tenham sofrido penalidade de impedimento de contratar com o Poder Público, e que satisfaçam as condições estabelecidas no Edital.

5.2. A cada contratação, os pareceristas deverão proceder, a análise de 1 (um) projeto submetido a algum edital cultural publicado pelo Município de Formiga, fornecendo 1 (um) parecer técnico referente, que deverá constar a pontuação obtida por cada projeto, de acordo com os critérios a serem estabelecidos nos editais.

5.3. Subcontratação - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.4. Garantia da contratação - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

6.1. Atendendo às exigências contidas no **art.117 da Lei 14.133, de 2021 e ao Decreto Municipal 9.841 de 2023**, a servidora **THAIS DE PAULA PARREIRA**, será designada pela autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução deste Termo de Credenciamento, como representante da Administração, conforme **PORTARIA Nº 6.333, DE 12 DE FEVEREIRO 2026**.

6.2. A gestão do Processo será realizada pelo secretário responsável pela Secretaria Municipal de Cultura, Alex Sandro Alvarenga Arouca, cabendo a ele, o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento deste.

6.3. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa pratica as condutas previstas no artigo 155 da Lei 14.133/2021.

7.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

7.2.1. advertência;

7.2.2. multa;

7.2.3. impedimento de licitar e contratar e

7.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor homologado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Administração, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

7.5. Será aplicada advertência exclusivamente nos casos de inexecução parcial do termo de credenciamento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, será aplicada nos seguintes casos:

7.6.1. dar causa à inexecução parcial do termo de credenciamento que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.6.2. dar causa à inexecução total do termo de credenciamento;

7.6.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.6.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.6.5. não celebrar o termo de credenciamento ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.6.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.7. Quando justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos descritos nos itens 7.6.1 a 7.6.6, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos seguintes casos:

7.8.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do termo de credenciamento;

7.8.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do termo de credenciamento;

7.8.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.8.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



7.8.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de credenciamento, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

7.10. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Esta despesa ocorrerá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11.002.13.392.0063.3.3.90.36 – Ações de Fomento à Produção Artística e Cultural – Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Física – Fundo Municipal de Cultura.

- Recursos Próprios: 2500 (superavit financeiro)

- Não haverá recursos da União

11.002.13.392.0063.3.3.90.39 – Ações de Fomento à Produção Artística e Cultural – Outros Serviços de Terceiros / Pessoa Jurídica – Fundo Municipal de Cultura.

Ficha: 993

- Recursos Próprios: 1500

- Não haverá recursos da União

CLÁUSULA DÉCIMA – EXECUÇÃO DO OBJETO.

10.1. O serviço poderá ser prestado de forma online, mediante apresentação da Solicitação de Fornecimento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

10.2. Os serviços deste processo serão solicitados mediante Solicitação de Fornecimento, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela contratada.

10.3. A distribuição dos serviços será feita de modo a preservar o princípio da igualdade e da transparência, respeitando-se a ordem de convocação dos Credenciados, conforme sorteio realizado.

10.4. Cada execução do objeto deverá ser efetuada mediante solicitação de fornecimento/serviço da unidade requisitantes, a qual poderá ser feita por e-mail, devendo constar: a data, o valor unitário do serviço, a quantidade pretendida, o parecerista credenciado que executará o serviço, o local para execução, o carimbo e a assinatura do responsável.

10.5. O Fornecimento dar-se-á de forma parcelada, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Cultura, cujo endereço eletrônico e telefone dos são:

- Secretaria Municipal de Cultura:

compracultura2020@gmail.com tel.: (37) 3329-1827

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

11.1. Tendo em vista que se trata de um procedimento de Credenciamento, com previsão de renovação anual, o reajuste poderá acontecer, apenas, por ocasião de cada renovação.

11.2. O valor inicialmente estabelecido é fixo e irredutível no prazo de um ano contado da data de homologação do processo.

11.3. Caso haja renovação do credenciamento, após o interregno de um ano, o valor inicial será reajustado mediante aplicação, pelo contratante, do índice INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência de cada anualidade.



11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

11.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajuste venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. Tendo em vista que se trata de um procedimento de Credenciamento, com valor fixo, não haverá previsão de reequilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este termo de credenciamento está vinculado de forma total e plena ao **Credenciamento nº 003/2026, Inexigibilidade 016/2026, Processo 040/2026**, que lhe deu causa, para cuja execução exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA E DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Formiga-MG, com exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Termo.

Formiga/MG, de..... de 2026.

MUNICÍPIO DE FORMIGA

Laércio dos Reis Gomes - Prefeito Municipal

Contratante

Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF

2) _____
CPF

Obs: Com a adoção das assinaturas eletrônicas, é possível dispensar as testemunhas, conforme previsto no art. 784 § 4 do CPC.